

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****5ª VARA CÍVEL****RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1012260-87.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Monitória - Compra e Venda**  
 Requerente: **Nova Hospitalar Comercial e Importadora Eirelli - Me**  
 Requerido: **Casa de Saúde e Maternidade São Carlos Ltda. na pessoa de Fernando Augusto de Luca**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

NOVA HOSPITALAR COMERCIAL E IMPORTADORA EIRELLI-ME, já qualificada ajuizou a presente ação monitória contra CASA DE SAÚDE E MATERNIDADE DE SÃO CARLOS, também qualificada, alegando seja credora da importância de R\$ 29.386,16 representada por notas fiscais de venda de produtos à ré, requerendo a expedição do mandado de pagamento pelo valor atualizado da dívida.

A ré opôs embargos ao mandado de pagamento requerendo os benefícios da assistência judiciária gratuita por se encontrar em situação difícil, além de se tratar de entidade assistencial de saúde, sendo todos os seus recursos revertidos para a consecução de suas atividades, alegando, ainda, em preliminar, a carência da ação por faltar título líquido, certo e exigível, enquanto que, no mérito, sustenta não tenha a embargada demonstrado a entrega das mercadorias constante das notas fiscais cobradas porquanto os comprovantes de entrega não foram assinados por funcionários com poder de gerência ou diretoria, não comprovando, sequer, a negociação das mercadorias, de modo que requer a realização de perícia grafotécnica e oitiva das pessoas que assinaram o recebimento das mercadorias constantes das notas fiscais.

A autora/embargada respondeu impugnando o pedido de assistência judiciária gratuita na medida em que a embargante foi arrematada, em leilão perante a Justiça Federal, por 19 milhões de reais, pela Unimed local, não obstante o que, somente as custas processuais poderiam ser abrangidas pela gratuidade na medida em que a embargante contratou advogado particular, alegando, ainda, deva a preliminar de carência de ação ser afastada porquanto as notas fiscais estejam acompanhadas dos comprovantes de entrega das mercadorias, ensejando em prova pré-constituída para instruir a ação monitória, sem embargo do que, não há o que se falar em nulidade do negócio jurídico na medida em que, uma vez comprovada a entrega das mercadorias, houve a efetiva prestação dos serviços, pugnano pela improcedência dos embargos.

É o relatório.

DECIDO.

O feito comporta julgamento antecipado, conforme permite o artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, à vista das provas existentes nos autos, suficientes para o deslinde da questão.

Inicialmente, fica indeferida a gratuidade reclamada pela requerida/embargante, que embora se trate de hospital, não demonstrou necessidade que justificasse a exceção aos dizeres da Lei nº 1.060/50, de modo a permitir se conceda o benefício a uma pessoa jurídica, não contemplada pela lei

Quanto à preliminar de carência de ação, por faltar liquidez, certeza e exigibilidade ao título, conforme se pode constatar da leitura dos autos, há suficientes elementos a respeito da origem do valor devido e sua evolução aritmética, conforme notas fiscais, não sendo

**1012260-87.2016.8.26.0566 - lauda 1**


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

necessária operação matemática complexa que exigisse planilha de cálculo para a devida atualização, conforme pretendeu a ré, que, assim, se entender incorretos os cálculos, deveria formular sua impugnação em termos de excesso de execução, com indicação precisa do valor que entende devido, valendo a tanto o precedente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: *"APELAÇÃO CÍVEL. Prestação de Serviços. Embargos à Execução. Sentença de Improcedência. Inconformismo da Empresa Executada, ora Embargante. Preliminar de Inépcia da Inicial ante a ausência de memória de cálculo acompanhando a Inicial da Execução. Não acolhimento. Valores cobrados devidamente demonstrados pela Exequente. Observância do requisito disposto no artigo 798, inciso I, alínea "b", do Código de Processo Civil Rompimento antecipado do vínculo contratual por iniciativa da Embargante. Caso fortuito inexistente. Efeitos da crise financeira inseridos no risco da atividade empresarial. Multa compensatória devida nos termos expressamente dispostos no Contrato entabulado entre as Partes. Bis in idem não configurado. Sentença de Primeiro Grau mantida. RECURSO NÃO PROVIDO"* (cf. Ap. nº 1031756-03.2016.8.26.0114 - 30ª Câmara de Direito Privado TJSP - 17/05/2017<sup>1</sup>).

Ainda em sede de preliminar, cabe aqui ressaltar que o autor apresentou prova literal representativa do seu crédito, as notas fiscais emitidas e os comprovante de entrega da mercadoria, corroborando, assim, para os fatos alegados na exordial. Vê-se que a pretensão do autor é buscar a satisfação de seu direito ao recebimento dos valores relativos às notas fiscais, fato que ficou bem demonstrado e provado, havendo evidente correlação lógica entre os fatos e os pedidos deduzidos na inicial.

Todas as notas fiscais tem o respectivo comprovante de entrega assinados, conforme documentos de fls. 45/52. Em razão da Teoria da Aparência, que deriva do princípio da boa-fé objetiva, admite-se que os produtos foram recebidos por quem detinha poderes para tanto, considerando-se os produtos devidamente recebidos. E, assim sendo, o pagamento do valor expresso em cada nota fiscal é consequência imediata.

Destaco que posição jurisprudencial é na mesma diapasão: "Embargos à execução. Duplicata sem aceite, instrumento de protesto, nota fiscal e comprovante de recebimento das mercadorias. Impugnação. Aplicação da Teoria da Aparência. Prova documental que revela o negócio jurídico. Ausência de provas ou indícios que desmereçam a higidez da cártula. Sentença mantida. Recurso não provido." (cf. Ap 1003585-04.2017.8.26.0566 - TJSP - 26/09/2017).

Como também: *"APELAÇÃO – EMBARGOS À EXECUÇÃO – Sentença de improcedência - Ausência de peças indispensáveis à apreciação da controvérsia - Juntada que constitui ônus exclusivo da embargante - Desatendimento do disposto no parágrafo primeiro do art. 914 do CPC/2015 – Fato que poderia ensejar a rejeição liminar dos embargos – Todavia, tratando-se de processo eletrônico e, portanto, de fácil acesso, essa contingência não inviabilizou a análise do mérito recursal – Apelada instruiu sua execução com nota fiscal de compra e de remessa de mercadoria – Assinaturas de prepostos da apelante que indicam o recebimento da mercadoria – Narrativa da embargante que é contraditória – Manutenção da r. sentença – Recurso desprovido"*. (cf. Ap 1006469-06.2017.8.26.0566 – TJSP - 18/12/2017).

Há, portanto, regular fundamento da ação em documento escrito que prova a existência de dívida líquida, bem como a nota fiscal acompanhada de comprovante de entrega da mercadoria é título hábil para a propositura da ação monitória, nos termos do art. 700, do CPC, conforme entendimento do E.TJSP: *"MONITÓRIA – Prestação de Serviços – Contrato, notas fiscais e termo de quitação que se prestam a amparar o pedido monitório – Pleito que consiste na cobrança da correção monetária – Admissibilidade - Mora ex re – Correção e juros incidentes desde o inadimplemento - Recurso não provido"* (cf. Ap 1035269-84.2017.8.26.0100 - TJSP - 17/01/2018).

No que respeita à incidência da correção monetária, enquanto fator de reposição do valor real da moeda corroído pela inflação, a qual não depende da existência de culpa das

<sup>1</sup> <https://esaj.tjsp.jus.br/cjsgr/resultado>

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****5ª VARA CÍVEL****RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

partes, com incidência a partir do vencimento do título, no sentido do já se pacificou na jurisprudência do STJ: *“Já está assentada a jurisprudência da Corte 'no sentido da aplicação ampla da correção monetária, que importa, apenas, na recomposição do valor da moeda corroído pela inflação, de sorte que inobstante a perda da executividade da nota promissória em face da prescrição, é possível a incidência da atualização não somente a partir do ajuizamento da ação ordinária, mas desde o vencimento do débito, sob pena de enriquecimento sem causa do inadimplente’ (REsp nº 430.080/MT, rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJ 9-12-02).”* - cf. REsp. Nº 742.776/SC, rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, j. em 13-9-2005.

No mesmo sentido: *“O critério de cálculo após o ajuizamento da execução é com base na Lei n. 6.899, de 1981”* (Ap. n. 716.227-2 – 7ª Câmara. 1º TACSP – v. u. - ROBERTO MIDOLLA, Relator)<sup>2</sup>, ou seja, incide desde o vencimento, porquanto *“a correção monetária não é um “plus” mas mera recomposição do poder aquisitivo da moeda”* (Apelação n. 597.850-5, Nona Câmara, do Primeiro Tribunal de Alçada Civil, v. u., OPICE BLUM, Relator<sup>3</sup>).

Considere-se, assim, como vencimento dos títulos as datas anotadas nas faturas/duplicatas descritas nas próprias notas fiscais, e que indicam os vencimentos em 30 de maio de 2015 (fls. 21/29), em 30 de junho de 2015 (fls. 30/33), em 30 de julho de 2015 (fls. 34/37), em 30 de agosto de 2015 (fls. 38/43) e em 15 de julho de 2016 (fls. 44).

Já em relação aos juros de mora, entretanto, seu termo inicial é a data de juntada do aviso de recebimento da citação, nos termos do que decidiu o Superior Tribunal de Justiça nos autos do Recurso Especial nº 55.932-MG, relator o Ministro NILSON NAVES, de modo que *“contam-se da citação inicial”*<sup>4</sup>.

Assim, cumpre seja tomada a dívida pelo seu valor original, de R\$ 23.348,10, que é a soma das notas acostadas à inicial, e que sobre esse valor incida correção monetária pelo índice do INPC, a contar da data dos respectivos documentos, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação.

A ré/embargante sucumbe na maior parte do pedido, de modo que deverá arcar com o pagamento do equivalente a dois terços (2/3) das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 20% do valor da dívida, atualizado, ficando o restante um terço (1/3) a cargo do autor/embargado.

Isto posto JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os embargos opostos por CASA DE SAÚDE E MATERNIDADE DE SÃO CARLOS contra NOVA HOSPITALAR COMERCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME, e dou por constituído o título executivo judicial pelo valor de R\$ 23.348,10 (*vinte e três mil, trezentos e quarenta e oito reais e dez centavos*), o qual deverá ser acrescido correção monetária pelo índice do INPC, a contar da data dos respectivos vencimentos, conforme acima indicado, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação, e CONDENO a ré/embargante ao pagamento do equivalente a dois terços (2/3) das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 20% do valor da dívida, atualizado, ficando o restante um terço (1/3) a cargo do autor/embargado.

Um a vez transitada em julgado, intime-se a credora, na pessoa de seu procurador, a apresentar novo cálculo de liquidação da dívida, conforme determinado acima.

Publique-se Intimem-se.

São Carlos, 22 de janeiro de 2018.

**Vilson Palaro Júnior**

<sup>2</sup> JTACSP - Volume 168 - Página 79.

<sup>3</sup> JTACSP - Volume 155 - Página 101.

<sup>4</sup> Revista de Processo, Vol. 99, colacionada em artigo de ACCÁCIO CAMBI – Ação Monitória/Cheque Prescrito, p. 100.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**